

COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO: ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO

Suely Marilene da Silva

(Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), E-mail: suely.marilene@gmail.com)

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão que nos leva a refletir sobre a história educacional de lutas das mulheres negras, em busca da sua dignidade, autonomia, e sua infundável capacidade de inspirar gerações de se aliar a todas as lutas em prol de justiça, assim como motivar, orientar e abastecer de aprendizados valiosos, todos aqueles que tem capacidade e a sensibilidade para formular as suas lições, o seu crescimento cognitivo, social, pessoal profissional e educacional. Analisar a triste realidade das relações étnico raciais e gênero dentro dos movimentos sociais, bem como das trajetórias escolares dessas mulheres, através de uma reflexão no combate de atitudes discriminatórias. Sustento o conteúdo com uma pesquisa cujos fundamentos foram extraídos de grandes teóricos, Vera Maria Candau (2008), Maria da Glória Gohn, (2007), Alberto Melucci (1996), em suas referências e a partir das considerações destes autores analisei seus procedimentos históricos. No que se refere a metodologia utilizada optou-se pelo estudo de uma pesquisa de campo na abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica. Histórica e entrevista que permite uma gama rica de informações que talvez se destaque dos demais instrumentos por possibilitar um contato direto com os instrumentos, trazendo inúmeros elementos. Diante do exposto, pode-se concluir que o Brasil é um país racista e que na relação educacionais as mulheres negras vivem uma situação de inferioridade e de humilhação, essa é a perspectiva na qual as relações raciais no Brasil são paradigmas para apreensão da falsa representação democrática e elimina o direito da igualdade, liberdade e justiça para maioria das mulheres negras, tratando-se do universo da população negra no Brasil.

Palavra-chave: Coletivo de mulheres negras; Sociedade; Preconceito; Racismo.

INTRODUÇÃO

Uma saga de luta por inclusão, por respeito, dignidade, e vida, é o que nos oferece a leitura desse trabalho sobre o coletivo de mulheres negras no estado de Pernambuco. O embate antirracista brasileiro engendrado mediante a busca

pelo reconhecimento e valorização da mulher negra tem alcançado, paulatinamente, vitórias ao longo dos anos. Ainda falta muito, é claro, de forma principal em decorrência da falta de articulação. Tal desigualdade se inscreve no nível de escolaridade, analfabetismo, inserção no mercado de trabalho, marginalidade social, discriminação e violência. Tornam-se inegáveis hoje as mudanças na vida das mulheres negras, mesmo com todas essas transformações no Brasil, as formas de discriminação, particularmente o racismo, são fatores estruturantes que provocam desigualdades e exclusões no ambiente escolar, principalmente entre as mulheres. A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo este produto de um processo histórico que inseriu num mesmo cenário três grupos distintos: Índios, Portugueses e Negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercuro dessas culturas, levando a construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado, ou seja, uma unicidade marcada pelo antagonismo e pela imprevisibilidade. As diferenças se acentuaram levando a formação de uma hierarquia de classes que deixavam evidentes à distância e prestígios social entre colonizadores e colonos. Os estudos a cerca dos movimentos sociais tem ganhado espaço e destaque ao longo das décadas. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas, sem terem direito a educação... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar e buscar seus direitos. Devido à escassez de oportunidades de trabalho para o homem negro, muitas vezes o sustento da família, que era tradicionalmente providenciado pelo homem, vinha do trabalho da mulher, pois o serviço doméstico era único do mercado de trabalho braças em que os brasileiros, tanto brancos e negros competiam mais efetivamente com os imigrantes (Andrews, 1998). A empregada doméstica tinha horário para começar, mas, não para terminar o trabalho, pois segundo seu padrão sua razão de vida era servi-lo. Temos cada vez mais um país miscigenado, de expressivo contingente populacional negro. Identidades cuja vivência foi e são mediados pelas condições sociais concretas que inseriu e mantêm a maioria dessas populações entre pobre, miseráveis, subempregados, desempregados, analfabeto e despossuídos em geral, quadro que indicia que no campo das relações étnicas no Brasil há uma política de não representatividade da população negra, o que implica em identidades não manifestas, em benefícios negados e em dignidade aviltada. A luta por visibilidade e reconhecimento torna-se um ponto fundamental na manutenção e sobrevivência destes mesmos povos, numa sociedade cada dia mais globalizada e competitiva. A luta e o

reconhecimento do povo negro, portanto, não teria como ficar de fora.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Alguns questionamentos motivam nossa reflexão: como se origina o multiculturalismo no Brasil? Qual a relação com a educação? Em que sentido é a educação chamada responder a esse desafio?

Duas definições clássicas dão suporte ao entendimento de movimentos sociais: Touraine (Apud Foracchi; Martins 1977, p. 335) expressa movimento social como “[...] ação conflitante de agente [...] lutando pelo controle do sistema de ação histórica”; Castells (1976; 1980), enfocando movimentos sociais como resultantes de sistema é práticas sociais contraditórias que subvertem a ordem estabelecida, desde as contradições da problemática urbana, relacionada à moradia, saúde, cultura etc... Maria da Glória Gohn (2004) em complementação, expressa movimentos sociais como campo de força sociopolítica demarcada por interesse, identidades, subjetividade e projetos de grupos sociais.

Essa compreensão de movimentos sociais, envolvendo atos de protesto, oposições, reivindicações e proposições relativas a reações de grupos diferenciados contra a opressão étnico-cultural e social, dá origem ao multiculturalismo como pratica social, mas também como movimento teórico. De acordo com Candau (2008, p. 49), os movimentos multiculturais são lutas de [...] Grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente relacionados às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo, os relacionados às identidades negras, que constituem o locus de produção do multiculturalismo. Junto aos movimentos indígenas, desenvolveram-se movimentos étnicos, principalmente dos afro-brasileiros: Os movimentos negros foram a primeira manifestação multicultural no país, no início do sé XX, afirmando-se mediante as casas de minas no Maranhão, dos Candomblés da Bahia, das escolas de samba, das congadas, Moçambique e de outros agrupamentos negros que, por meio dos pagodes e do carnaval de rua, verbalizavam críticas à realidade social brasileira. No entanto, somente a partir dos anos de 1950 é que tais lutas e, protestos dos grupos afro-brasileiros ganharam forças, com eventos pan-africanos visando à conscientização do valor da cultura negra e á libertação do complexo de inferioridade diante das culturas brancas – eventos esses que marcaram o fim do isolamento dos movimentos brasileiros quanto à libertação racial – Associação dos Negros

Brasileiros, convenção nacional do negro brasileiro, união nacional dos homens de cor etc.

No Brasil, as comunidades indígenas e afro-articularam-se a outros movimentos sociais e culturais, como os de educação popular, relacionada mais a jovens e adultos, preconizando a alfabetização e conscientização crítica, com base em processos que valorizassem os aspectos culturais dos diferentes grupos populares. Tais movimentos tinham a intenção de superar a visão preconceituosa sobre o analfabeto – com um ser incapaz e deficiente – e lutar pelo seu direito ao voto. Era questionada a forma folclórica de como se pensava a cultura brasileira e os usos políticos de dominação e alienação sobre as camadas populares, incluindo medias populistas.

Na década de 1960, ocorreram iniciativas como os centros populares de cultura, o movimento de educação de base, o movimento de cultura popular e, nessa abrangência, a valorização da proposta pedagógica de Paulo Freire, que visava promover a educação de adultos, com base em sua cultura. Este educador, com outros, fundou e participou do movimento de cultura popular de Recife, instaurando a educação libertadora versus educação bancária que reproduz as relações de poder, na conveniência do capitalismo (Pereira; Pereira, 2010).

Sob a ditadura militar de 1964, os movimentos sociais e culturais foram silenciados, mas refluíram no final dos anos de 1970, com a crise desse regime.

Quanto à educação, os anos de 1980 foram fecundos em proposta pelo desenvolvimento de uma educação crítica, começando a aparecer um interesse pelo enfoque multiculturalista, na linha de uma educação para cidadania-baseada no respeito à diversidade cultural, visando à superação de discriminações e preconceitos.

Tais movimentos, ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, contribuíram para a conquista de novos direitos sociais, que foram inscritos na constituição brasileira de 1988 (Pereira; Pereira, 2010, Gohn, 2000).

No Brasil, a partir da década de 1990, sob o reflexo da globalização contra hegemônica, os movimentos sociais surgem com outras formas de organização popular, isto é, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia, pela reforma urbana, o fórum nacional de participação popular etc... Tais movimentos se ampliam e fortalecem em redes, integrando outros atores sociais (dos campos sindical, político-partidário, religioso, das ONGS etc...).

Dentre os movimentos sociais diretamente ligados a questão multicultural, nos anos de 1990, podem-se destacar: a continuidade dos

movimentos afro-brasileiros, máxime pela construção de identidade e luta contra o racismo e a discriminação, e os movimentos indígenas, respaldados na constituição de 1988, conquistam o direito de alfabetização também em suas próprias línguas, o encaminhamento da demarcação de terras e direito ao atendimento de saúde, assim como a venda de produtos, não apenas em mercados alternativos, mas globalizados, com preços justos e competitivos; os movimentos de gênero – de mulheres, criando redes de identidade e conscientização de seus direitos e lutas contra a discriminação e violência; e o da antidiscriminação dos homossexuais; movimentos geracionais – com jovens, por meio da música, enfocando temas de protesto – hip hop, rap etc... o movimento de meninos e meninas de rua (estatuto da criança e do adolescente) e de idoso (lei do idoso nº 884/94); movimentos de reconhecimento e inclusão social das pessoas portadores de necessidade especiais – físicas e mentais (diretrizes curriculares nacionais para educação especial, 1998) e os movimentos ambientalista, especialmente a partir da Rio-92 (Gohn, 2000).

O MOVIMENTO SOCIAL: POR QUE SEU ESTUDO É IMPORTANTE NO COLETIVO DE MULHERES NEGRAS

Desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade. Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha

importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazeres propositivos”. Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. O que diferencia um movimento social de uma organização não governamental? O que caracteriza um movimento social? Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têm opositores e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania.

METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa foi realizado na sede do coletivo de mulheres negras, localizada no município de Paulista-PE, no ano de 2017, a fim de ampliar os conhecimentos a respeito do coletivo (Comunepe) abordado por esta pesquisadora, usando como método de trabalho a entrevista, elaborada uma entrevista com a presidente do coletivo de mulheres negras. Este trabalho foi realizado através de uma “pesquisa de campo na abordagem qualitativa” (LUDKE E ANDRÉ, 1986). Pesquisa feita na sede do coletivo (Comunepe) no município de Paulista-PE, através de entrevista realizada com a coordenadora do coletivo, Lindacy Silva de Assis. A amostra para realização deste trabalho foi coletada através da entrevista e questionário. Nesse estudo opto por uma postura de análise qualitativa. Essa opção reflete o meu entendimento de que esse enfoque é o mais adequado para interpretar a entrevista. Portanto é de fundamental importância aplicação da entrevista, questionário focalizando o grande tema do meu objeto de estudo: Comunepe – Coletivo de Mulheres Negras de Pernambuco. A análise dos dados foi feita pelo acolhimento de respostas à entrevista a qual abrange alguns fatores de grande preocupação pelo tema abordado a desigualdade racial, racismo, e na indiferença de cor, onde observei que o racismo e a desigualdade ainda prevalecem com muita frequência no meio da sociedade brasileira.

DISCUSSÃO

O Coletivo de Mulheres Negras de Pernambuco (Comunepe) visa um processo de reconstrução social, pensando na inserção de fato das mulheres negras na sociedade e agendas políticas. A pesquisa foi realizada por meio de estudos bibliográficos de autores que tratam do tema, além de diversas pesquisas em sites, revistas, livros, etc. Foi também realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, histórica, descritiva, com aplicação de questionários, entrevistas com a coordenadora do Comunepe, pois estas ferramentas utilizadas são fundamentais para realização e conclusão da parte teórica. De acordo com (LUDKE E ANDRÉ, 1986) “reflete”: “Assim se refere a este instrumento de coleta de dados: Ao lado da observação a entrevista representa instrumentos básicos para coleta de dados, esta é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa, em que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o que é pesquisado... (p. 33)”. A pesquisa qualitativa será importante para explorarmos

as características, mostrando aspectos dos sujeitos e suas possibilidades. Por intermédio dos objetivos citados buscamos abordar no estado de Pernambuco, saber se a pesquisa quantitativa é feita através da coleta e observação dos dados coletados, como técnicas e estatísticas possibilitando a construção de gráficos onde poderá ser feita a contagem das perspectivas informações pertinentes para obtenção de resultados e porcentagens para serem demonstrados através de gráficos estatísticos. A análise foi feita pelo acolhimento de respostas ao questionário a qual abrange alguns fatores de grande preocupação pelo tema abordado, Coletivo de Mulheres Negras do Estado de Pernambuco Enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no contexto educacional, onde observei que a desigualdade de gênero ainda prevalece com muita frequência no meio da sociedade Pernambucana. Portanto é de fundamental importância a aplicação da entrevista no questionário focalizando os grandes temas do meu objeto de estudo. Conclui-se este trabalho junto à fundamentação teórica que se faz necessário a que venhamos mergulhar na imensidão devastadora da metodologia para levarmos o conhecimento e a interação das diversidades de gêneros ainda em nossa sociedade. De acordo com o relato da coordenadora no Comunepe a desigualdade de gênero ainda existe com muita frequência mesmo de um modo oculto e camuflado, na forma de agir em suas atitudes em questão de condições financeiras de forma nítida quando os discriminam, pois com isso demonstra o preconceito racial, sociocultural e discriminatório por conta de sua cor/raça. A partir da entrevista cedida pela entrevistada, a pesquisa aponta que a sociedade brasileira ainda está um pouco distante de desempenhar o seu papel como uma organização multicultural, visto que muitas vezes e nela que encontramos situações que reforçam o preconceito e a desigualdade de gênero, a falta de professores qualificados para lidar com o racismo dentro do ambiente escolar, e a não valorização do outro como ele é. Ao colocarem-se como desafio para a sociedade brasileira que reconheça as organizações do movimento das mulheres negras como agentes fundamentais na elaboração implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas mulheres negras. A sociedade brasileira assume um importante papel político ao contribuir com singularidade para articulação entre a raça e o gênero no interior dos movimentos sociais nos quais atuam, no que tange a imensa tarefa social e política de (re)educar homens e mulheres para o exercícios das relações de gêneros e raciais mais justas e democráticas. Principalmente em relação a educação dessas mulheres negras.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: ENTREVISTA CONCEDIDA PELA COORDENADORA DO COMUNEPE

De acordo com as informações obtidas na entrevista com a Coordenadora de Coletivo de Mulheres Negras de Pernambuco Lindacy Silva de Assis, que é Técnica de Enfermagem, com formação em Biologia e 24 anos na Secretaria de Saúde de Recife. Foi-lhe perguntado: O que significa o C.M.N? “Coletivo de Mulheres Negras de Pernambuco (COMUNEPE)”. (ASSIS, 17/03/2017). O Comunepe, visa da visibilidade as questões referentes às mulheres negras não apenas a formação mas igualmente o desenvolvimento da sensibilidade, comunicação, organização, auto-estima, e resgate da cidadania. Quando o Grupo foi formado? “Há 2 anos” (ASSIS, 17/03/2017). Nesses 2 anos o Comunepe tem como proposta desenvolver atividades informativas relativas à educação, saúde, cultura, estética, direitos humanos, emprego e renda, qualificação profissional, dando oportunidade das mulheres negras dos municípios pernambucanos de expressarem sua opinião na construção de si, enquanto ser individual em um contexto coletivo. Quais eram os objetivos que nortearam a criação do (COMUNEPE)? “Inclusão das pautas das mulheres negras, a visibilidade deste segmento e fortalecimento sócio político destas mulheres.” (ASSIS, 17/03/2017). Ao criar e fortalecer as lideranças negras femininas das comunidades periféricas, dos municípios pernambucanos, o Comunepe tem como objetivo promover o acesso às discussões dos direitos humanos, cidadania, violência, raça-etnia, saúde, educação, lazer e cultura. Tornam-se inegáveis hoje as mudanças condições de vida das mulheres. Quais as atividades que são desenvolvidas por elas (COMUNEPE)? “Cursos de formação étnica racial, participação das agendas com a temática das mulheres no estado e nos municípios, participação nos conselhos de saúde e educação incluindo o recorte de gênero e raça.” (ASSIS, 17/03/2017).

Diante de uma gama considerável de mudanças na vida das mulheres, aspectos contraditórios fazem-se presentes, principalmente quando nos referimos ao nível de inserção no mercado de trabalho. O Comunepe procura desenvolver a formação e qualificação dessas mulheres. Quem compõe o COMUNEPE? “Temos uma diretoria executiva (Formada por 5 mulheres) e um conselho fiscal formado por 6 mulheres.” (ASSIS, 17/03/2017).

São mulheres com total compromisso com o coletivo e que buscam deixar suas marcas, cujo propósito é fortalecer a organização, bem como possibilitar a implementação do Comunepe em outras cidades. Sendo um coletivo (COMUNEPE) formado para trabalhar as questões étnico-raciais das mulheres, você acredita que o mesmo tem desempenhado seu papel? “Desempenhamos sim nosso papel, pois buscamos estas mulheres das comunidades periféricas e iniciamos um diálogo em torno de suas

necessidade e perspectivas. Podemos e iremos melhorar após o registro da entidade que já está em andamento.” (ASSIS, 17/03/2017). O embate antirracista brasileiro engendrado mediante a busca pelo reconhecimento e valorização da mulher negra tem alcançado, paulatinamente, vitórias ao longo dos anos. Ainda falta muito para que o Comunepe seja uma entidade fortalecida, porém já é uma realidade em Pernambuco. E a luta continua isto porque a experiência de ser negra, no país, somente tem consciência quem vivencia o histórico de discriminação, já que o preconceito étnico ainda opera enquanto instrumento de revigoração da diferenciação. Quais as dificuldades encontradas no trabalho de combate ao racismo e a desigualdade? “A questão cultural e social, as pessoas resistem ao debate sobre a temática, pois esta discussão mexe com sentimentos, emoções e as pessoas tem uma opinião formada (erradamente) em relação às relações inter-raciais.” (ASSIS, 17/03/2014). Neste sentido, é mister lutar pelo direito universal a não discriminação, requerendo novos parâmetros para nortear as políticas públicas, porquanto não basta repetir a mera abstenção da prática discriminatória, impõem-se medidas eficazes de fomento da efetiva igualdade e da valorização da diferença. Você acha que existe racismo no mercado de trabalho para as mulheres negras? “Ainda, o exemplo disso é o numero destas mulheres no mercado informal.” (ASSIS, 17/03/2014). No ano de 2011 dados apresentados no documento das nações unidas no Brasil, ano internacional das e dos afrodescendentes e com relação aos postos de comando em empresas, a presença de mulheres negras é quase nula: apenas 0,5% delas estar no executivo, 2% na gerência, 5% na supervisão e 9% no quadro funcional, conforme pesquisa do instituto Ethos em 2010 (ONU, 2011, p.8)

As mulheres negras ocuparam, não sem resistência e violência, o espalho publico para comercializarem verduras, frutas, peixes, e quitutes sobressaindo algumas negras de tabuleiros, que meios às muitas dificuldades, conseguiram comprar sua liberdade e de seus familiares. No que concerne à inclusão produtiva e empreendedorismo nos meios urbano e rural, apresentaram a urgência de fortalecer as organizações produtivas de mulheres quilombolas, garantindo o acesso ao crédito, à assistência e assessoria técnica e sócia ambiental, à demarcação e titulação de comunidades remanescentes de quilombos. Quais tem sido as maiores dificuldades que o (COMUNEPE) encontrou para sua implementação? “A incompreensão e falta de sensibilidade de algumas pessoas em relação à temática.” (ASSIS, 17/03/2017). Com relação a educação das mulheres negras como o comunepe tem atuado para garantir esse acesso a educação? Já que boa parte dessas mulheres não consegue concluir o ensino fundamental e médio? “Somos conscientes que

ainda falta muito para que as mulheres negras tenham uma educação de qualidade, porém é necessário que as políticas educacionais sejam bem elaboradas e que essas mulheres sejam valorizadas, e tenham oportunidade de ingressarem no ambiente universitário” (ASSIS, 17/03/2017). Em sua opinião, como os movimentos sociais tem contribuído para a mudança educacional dessas mulheres negras? “Sou fruto de um movimento social, e hoje sou líder de um movimento social, de certa forma nosso trabalho de campo está sendo desenvolvido na periferia da cidade de paulista, porém vejo que os movimentos sociais têm ainda muito para contribuir na formação de nossas meninas, em relação a educação, com a lei 10.639/2003 e 11.645/2008 foi de suma importância para garantir os direito da população afro-brasileira de conhecer sua própria história, más ainda falta muito. Estamos na lutar por esse reconhecimento” (ASSIS,2017).

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou trazer para reflexão subsídios teóricos e práticos sobre as mulheres negras que tem sido ao longo de sua história, a maior vítima das profundas desigualdades raciais e sociais vigente em nossa sociedade. O resultado é um sentimento de inferioridade, de incapacidade intelectual e quase servidão vivenciada por elas, as mulheres negras em sua maioria, não usufruem dos bens de serviços existentes e ainda, esta exposto a todo tipo de violência, resultado desta situação o seu aniquilamento físico, político, social e educacional. É necessário um processo de reconstrução social, pensando na inserção de fato das mulheres negras na sociedade e agendas políticas.

O Brasil é reconhecido por sua diversidade étnica e cultural, herdada de todos os povos que contribuíram com a construção do nosso país. Diante dos movimentos que reivindicam o direito à diversidade, tratamos com os diversos, que tem suas reivindicações e demandas de inserção na sociedade global. O movimento de mulheres e o movimento de mulheres negras percebem as mulheres como sujeito histórico da transformação da sua própria condição social. Propõem que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. As mulheres negras assumem importante papel a articulação entre a ração e o gênero no interior dos movimentos sociais nos quais atuam no que tange a imensa tarefa social e política, essas desigualdades de gênero, raça, diversidade sexual e classe social tem comprometido o desenvolvimento das potencialidades da população negra no Brasil, com desdobramento sério na condição de vida das

mulheres negras. Entender as dinâmicas de organização e os indicadores sobre mulheres negras requer a reflexão a respeito das construções e os indicadores sobre raça e racismo, ao longo de um determinado período na história recente do país. Tais argumentações refletem a história de lutas dos movimentos negros e de mulheres negras no Brasil, a qual foi marcada por ações eu viso à erradicação do preconceito e da discriminação das estruturas do Estado brasileiro, à superação das desigualdades étnicas através dos direitos e ao aperfeiçoamento da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, George R. Negros e Brancos. Em são Paulo (1888-1988). Bauru: EDUSC, 1951.
- CANAU, Vera Maria. Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores; In: CANAU, Vera Maria (Org.). Magistério: construção cotidiana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997a. p. 237-250.
- FERNANDES, F. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1965.
- FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 16ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- MELUCCI, Alberto. Challenging codes. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MUNANGA, K. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. São Paulo: Ed. Vozes, 1999.
- MUNANGA, K.; GOMES, N. L. (2006) O Negro no Brasil de Hoje. São Paulo: Global.
- O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo: Difel, 1972.
- RODRIGUES, R. N, (1933/1945) – Os Africanos no Brasil. São Paulo: Cia Ed. Nacional.
- RODRIGUES. R. N, (1933/1945) – Os Africanos no Brasil. São Paulo: Cia Ed. Nacional.
- SEYFEKTH, Giralda. 2002. O Beneplácito da desigualdade: Breve digressão sobre racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis.
- TOURAINÉ, Alain. Le retour de l'acteur. Paris: Fayard, 1984.
- VIANA, J. O. (1932/1959) – Raça e Assimilação. Rio de Janeiro, José Olympio.
- WIEVIORKA, M. (2007) O Racismo, uma introdução. Lisboa: Fenda Social.